



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13819.002890/2001-19
Recurso nº : 122.422
Acórdão nº : 202-16.010

MINISTÉRIO DA FAZENDA		
Segundo Conselho de Contribuintes		
Publicado no Diário Oficial da União		
De	11	10
/ / 05		
VISTO		

[Assinatura]

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : DRJ EM CAMPINAS - SP
Interessada : Transideal Transportes e Comércio de Gás

MIN. DA FAZENDA - 2
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 31/10/05
<i>[Assinatura]</i>
VISTO

PIS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. A contribuição para o PIS é devida pelos distribuidores de derivados de petróleo, a título de substituição dos comerciantes varejistas.

GLP. O gás liquefeito de petróleo (GLP) é produto derivado do petróleo, o que implica o instituto da substituição tributária para o recolhimento do PIS.

Recurso de ofício ao qual se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: DRJ EM CAMPINAS - SP.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício.**

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 2004

[Assinatura]
Henrique Pinheiro Torres

Presidente

[Assinatura]
Dalton Cesar Cerdeiro de Miranda

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Gustavo Kelly Alencar, Raimar da Silva Aguiar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski, Jorge Freire e Nayra Bastos Manatta.

cl opr



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13819.002890/2001-19
Recurso nº : 122.422
Acórdão nº : 202-16.010

V.R. DA FAZENDA - 2
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 30/01/05
<i>B. K. M. G.</i>
VISTO

2º CC-MF
Fl.

Recorrente : DRJ EM CAMPINAS - SP

RELATÓRIO

Contra a interessada, em 06/12/2001, foi lavrado o Auto de Infração de fls. 25 a 37, referente à falta de recolhimento da contribuição para o PIS, no período de janeiro de 1995 a dezembro de 1998.

A interessada, em impugnação à autuação levada a efeito, sustentou que: (i) o agente fiscal não possuiria habilitação técnica para tecer comentários a propósito das propriedades técnicas e químicas do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP); (ii) a Petrobrás, empresa estatal, definiu o GLP como produto derivado do petróleo, sendo que tal definição é ainda corroborada por diversas entidades científicas; (iii) a Ultragaz S/A apresentou declaração nos autos afirmando e informando que promoveu o recolhimento da exação em comento de todas as suas revendedoras; (iv) verifica-se a decadência dos períodos anteriores a outubro de 1996; e, (v) os juros moratórios estão limitados à razão de 1% (um por cento) ao mês.

Ao julgar o processo originário do Auto de Infração lavrado contra a interessada, a Quinta Turma da DRJ em Campinas - SP, pela decisão consubstanciada no Acórdão 1.133/2002, concluiu pela improcedência do lançamento, a uma porque "... a maior parte do GLP consumido no país é derivado do petróleo." (fl. 163), a duas porque o recolhimento do PIS, conforme declaração acostada aos autos, já fora promovido na modalidade de substituição tributária (fl. 164).

É o relatório. //



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13819.002890/2001-19
Recurso nº : 122.422
Acórdão nº : 202-16.010

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 31/01/05
<i>R. Gomes</i>
VISTO

2º CC-MF
FI.

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA

Como relatado, trata-se de recurso de ofício submetido à apreciação deste Colegiado, quanto a desoneração total da exigência anteriormente formulada contra a interessada e por intermédio do Auto de Infração de fls. 25 a 38.

Correto, a meu entender, a decisão ora recorrida de ofício, pois, quanto ao primeiro ponto analisado, qual seja, a indevida “*desclassificação do Gás Liquefeito de Petróleo – GLP de derivado de petróleo para gás natural com finalidade combustível.*” (fl. 162), restou muito bem pautado a matéria, não só porque a Fiscalização deixou de colher maiores e melhores elementos técnicos para promover a equivocada desclassificação do GLP, assim como a interessada, à saciedade, trouxe aos autos elementos probatórios suficientes e oficiais a demonstrar seu direito e, consequentemente, o fato de que “*o GLP consumido no País provém em sua maior parte do refino de petróleo.*” (fl. 163).

Essas conclusões, por si só, já seriam suficientes a demonstrar a inconsistência e a insubsistência da autuação levada a efeito contra a interessada, mas não o bastante, pois, conforme restou demonstrado e provado nos autos, a Fiscalização estava a promover uma exigência em dobro, uma vez que consta do processo declaração da empresa Ultragaz S/A (fl. 77/78), expressamente reconhecendo o recolhimento da exação em discussão, na modalidade de substituição tributária¹.

Em face do exposto, voto pela negativa de provimento ao recurso de ofício guindado a este Colegiado.

É como voto.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 2004

DALTON CESAR CORDEIRO DE MIRANDA //

¹ “TRIBUTÁRIO – CONTRIBUIÇÃO SOBRE COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS – COMERCIANTES VAREJISTAS – LEGITIMIDADE AD CAUSAM.

1 – A contribuição social (...) é devida pelos distribuidores de derivados de petróleo e álcool etílico hidratado para fins carburantes, a título de substituição dos comerciantes varejistas.

2 – O substituto tributário, em sofrendo o ônus da imposição fiscal, tem interesse de agir e legitimidade ad causam para discutir judicialmente a exigência tributária que sobre ele recai.” (REsp nº 140.204/PR, Primeira Turma do STJ; Min relator Humberto Gomes de Bartos, acórdão publicado no D.J.U. I, de 14/12/1998).